



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Previdência Social, Senhor Carlos Luppi, esclarecimentos sobre descontos irregulares em benefícios previdenciários de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Senhor Carlos Luppi, esclarecimentos sobre descontos irregulares em benefícios previdenciários de aproximadamente R\$ 6,3 bilhões. Assim, questiono:

- 1) Qual foi o envolvimento ou falha administrativa identificada dentro do INSS que permitiu a ocorrência de descontos indevidos em larga escala?
- 2) Desde quando o Ministério tem conhecimento dessas irregularidades e quais providências foram tomadas até o momento?
- 3) Quantos beneficiários já foram oficialmente identificados como vítimas desses descontos irregulares? Quais critérios estão sendo utilizados para essa identificação?
- 4) Existe um plano de devolução dos valores descontados indevidamente? Em caso afirmativo, qual o cronograma e como os aposentados e pensionistas serão ressarcidos?
- 5) Quais medidas serão adotadas a partir de agora para garantir a total transparência nos descontos aplicados em benefícios previdenciários?

Justificativa

O presente requerimento tem por objetivo cobrar esclarecimentos urgentes e providências concretas do Ministério da Previdência Social diante





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

Apresentação: 23/04/2025 18:32:57.947 - Mesa

RIC n.1381/2025

das recentes revelações de uma grave fraude sistêmica envolvendo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo informações amplamente divulgadas pela imprensa e confirmadas por órgãos de investigação, foram identificados descontos irregulares em aposentadorias e pensões, que podem ter causado um prejuízo estimado em até R\$ 6,3 bilhões aos beneficiários da Previdência Social.

De acordo com as investigações, tais descontos foram realizados sem o consentimento dos aposentados e pensionistas, direcionando valores a entidades privadas, associações e até sindicatos — muitos dos quais os beneficiários sequer têm conhecimento ou vínculo. Trata-se de uma situação gravíssima, pois atinge diretamente a população mais vulnerável do país: os idosos e trabalhadores que contribuíram ao longo de toda a vida para o sistema previdenciário e dependem de seus benefícios para garantir o sustento básico.

Além do evidente dano financeiro, a situação revela falhas estruturais no controle e fiscalização dos descontos autorizados em folha, levantando suspeitas de conivência, negligência ou, no mínimo, omissão por parte de servidores, empresas conveniadas e agentes públicos.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 23 de abril de 2025.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

